

DA EDUCAÇÃO, DO SENSO COMUM E DO SABER FILOSÓFICO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA A PARTIR DE RANCIÈRE

Filicio Mulinari*, Vinícius Arena Muniz**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é reconhecer a dimensão dos conhecimentos pautados pelo que tradicionalmente se define como senso comum para a construção do saber filosófico e autônomo. Tomando como fundamento as reflexões desenvolvidas por Jacques Rancière em sua obra *O mestre ignorante*, buscaremos esclarecer a relevância desse conhecimento para uma nova forma pedagógica que vá além da tradicional dicotomia “mestre x aluno”. Abordando exemplos práticos e cotidianos do próprio senso comum, analisados em diferentes posições, busca-se pautar não só a legitimidade do senso comum como base originária da consciência filosófica, mas também reconhecê-lo como fundamento primário de uma concepção educacional que desfaça oposições ilusórias nas quais boa parte das teorias educacionais contemporâneas estão alicerçadas.

Palavras-chave: Senso comum. Filosofia. Ciência. Ensino de filosofia. Metodologia filosófica.

ON EDUCATION, COMMON KNOWLEDGE AND PHILOSOPHICAL KNOWLEDGE: A PEDAGOGICAL PROPOSAL FROM RANCIÈRE

ABSTRACT

*The objective of this work is to recognize the dimension of knowledge based on what is traditionally defined as common knowledge for the construction of philosophical and autonomous knowledge. Based on the reflections developed by Jacques Rancière in his work *The ignorant schoolmaster*, we will seek to clarify the relevance of common knowledge to a new pedagogical form that goes beyond the*

* Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Filosofia pela UFES e em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (FACIBRA). ORCID: 0000-0002-6999-6956. Correio eletrônico: filicio@gmail.com

** Mestre em Ciências Sociais e graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ORCID: 0000-0002-8307-873X. Correio eletrônico: viniciusarena@gmail.com

traditional “master vs. student” dichotomy. Approaching practical and everyday examples of common knowledge, analyzed in different positions, we seek not only the legitimacy of common knowledge as the original basis of philosophical consciousness, but also to recognize it as the primary foundation of an educational conception that breaks down illusory oppositions under which much of contemporary educational theories are based.

Keywords: *Common knowledge. Philosophy. Science. Teaching philosophy. Philosophical methodology.*

DE LA EDUCACIÓN, DEL CONOCIMIENTO COMÚN Y DEL SABER FILOSÓFICO: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA A PARTIR DE RANCIÈRE

RESUMEN

*El objetivo de este trabajo es reconocer la dimensión de los conocimientos pautados por lo que tradicionalmente se define como conocimiento común para la construcción del saber filosófico y autónomo. En cuanto a las reflexiones desarrolladas por Jacques Rancière en su obra *El maestro ignorante*, buscaremos esclarecer la relevancia del conocimiento común para una nueva forma pedagógica que vaya más allá de la tradicional dicotomía “maestro x alumno”. En el marco de los ejemplos prácticos y cotidianos del propio conocimiento común, analizados en diferentes posiciones, se busca pautar no sólo la legitimidad del conocimiento común como base originaria de la conciencia filosófica, sino también reconocerlo como fundamento primario de una concepción educativa que rompe oposiciones ilusorias bajo las cuales buena parte de las teorías educativas contemporáneas están fundadas.*

Palabras clave: *Conocimiento común. Filosofía. Ciencia. Enseñanza de filosofía. Metodología filosófica.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora possa parecer à primeira vista, este trabalho não tem como objetivo realizar uma crítica negativa do pensamento científico ou de qualquer postulado que se oponha ao que tradicionalmente se classifica enquanto senso comum. Diferentemente disso, seu objetivo é levantar questões sobre os saberes advindos do senso comum e mostrar que é possível reconhecê-lo e qualificá-lo como um saber filosófico em sentido originário, no sentido de ser a base fundamental para o processo de abstração filosófica.

Dessa forma, buscaremos inicialmente conceituar o que aqui chamamos de “senso comum” e sua distinção de outras formas do saber. Após isso, verificaremos o modo como o filósofo francês Jacques Rancière exemplifica o senso comum ao postular um ensino universal. A análise das considerações sobre o senso comum e seu caráter não metodológico de configuração permitirá mostrar

um caminho pedagógico alternativo para a dicotomia existente na visão educacional entre “mestres sábios” e “alunos ignorantes”.

Ao final, espera-se retomar a nossa tese principal: a qualificação do senso comum como um saber filosófico originário, seguido de propostas e questionamentos pessoais sobre a prática do próprio saber filosófico e pedagógico.

2 “NÓS, OS SUPERIORES”: DA SUPOSTA INFERIORIDADE DO SENSO COMUM

Inicialmente, é necessário definir o que aqui chamamos de “senso comum”. Rubem Alves (2006, p. 12), ao questionar sobre o que é o senso comum, indica uma breve noção deste modo específico de interpretar o mundo:

Essa expressão não foi inventada pelas pessoas de senso comum. Creio que elas nunca se preocuparam em se definir. Um negro, em sua pátria de origem, não se definiria como uma pessoa “de cor”. Evidentemente, essa expressão foi criada para os negros pelos brancos. Da mesma forma, a expressão “senso comum” foi criada por pessoas que se julgam acima do senso comum, como uma forma de se diferenciarem de outras que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores. Quando um cientista se refere ao senso comum, ele está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico.

A reflexão de Rubem Alves toca um dos pontos-chave que define o senso comum: aqueles que acreditam não estarem inseridos no seu contexto negam-no e constroem seus conhecimentos a partir de uma base de investigação que estimam ser “mais válida”, pois ela apresenta um método que acreditam ser capaz de gerar uma prova devidamente qualificada. Noutras palavras, é como se aqueles que negam e desqualificam o senso comum estivessem situados em uma posição “superior”, como se possuíssem um conhecimento “mais verdadeiro”; seriam esses seres superiores que qualificariam o que pertence e o que não pertence ao senso comum.

Existem várias formas tradicionais de investigação que, sob certo aspecto, negam o senso comum - a filosofia e a ciência são apenas algumas das áreas nas quais encontramos discursos críticos ao senso comum. Para a visão positivista de ciência, por exemplo, o senso comum passa a ser tudo aquilo que não possui caráter científico, ou seja, que não conta com uma investigação criteriosa nem com um controle disciplinado de sua produção.

A oposição entre ciência e senso comum é facilmente encontrada na literatura filosófica. Marilena Chauí (2003, p. 70-71), por exemplo, explicita-a do seguinte modo:

Subjetivos, generalizadores, expressões de sentimentos de medo e angústia, e de incompreensão quanto ao trabalho científico, nossas certezas cotidianas e o senso comum de nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos com os quais passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos. [...] O que distingue a atitude científica da atitude costumeira ou do senso comum? Antes de qualquer coisa, a ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência

de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, ali onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê problemas e obstáculos, aparências que precisam ser explicadas e, em certos casos, afastadas. Sob quase todos os aspectos, podemos dizer que o conhecimento científico opõe-se ponto por ponto às características do senso comum.

Embora muito comum nos dias de hoje, é bom lembrar que nem sempre houve, no pensamento filosófico, a oposição marcada entre pensamento científico e aquele pertencente ao senso comum. Matéria de grande debate entre os clássicos helênicos, houve um tempo em que o senso comum possuía certo valor ante as outras noções. Aristóteles, em sua obra *Poietica*, por exemplo, reconhecia o valor do conhecimento provindo da tradição, sobretudo aquele perpassado por meio de tragédias.

Apesar da valorização entre os antigos, na modernidade filosófica a oposição entre senso comum e ciência se torna mais nítida, fazendo com que a polarização se enraíze ainda mais. Com o avanço da ciência moderna, o senso comum foi identificado com a “falta de rigor lógico”, enquanto os pensamentos científicos e filosóficos foram associados à criticidade da análise. A obra *O discurso sobre o método*, de René Descartes, é um marco nesse sentido.

Ainda que seja possível encontrar filósofos críticos à desvalorização do senso comum oriunda do pensamento moderno (e aqui cabe a menção à querela do filósofo Giambattista Vico contra os cartesianos),¹ é possível afirmar que a postura de menosprezar o conhecimento advindo da experiência não científica permaneceu sendo a tônica das teorias filosóficas até o fim do século XIX.²

Dada a influência da distinção entre senso comum e ciência, cabem aqui algumas perguntas: o que de fato diferencia a ciência do senso comum? Será que somente com esta mudança investigativa das relações de causa e efeito pode-se criar um abismo entre duas concepções hipotéticas de análise de fatos? Será que, na prática, por mais que a ciência e o senso comum cheguem a conclusões por vezes diferentes, a efetivação dos saberes não se dará de acordo com a vontade daqueles que os utilizam? Pensemos a respeito dessas questões no tópico seguinte, tendo como base a obra *O mestre ignorante*, de Jacques Rancière.

3 O ENSINO UNIVERSAL: UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

A proposta inicial deste trabalho parte da recusa de que a compreensão de algo funcione a partir da seguinte equação: um mestre, alheio à leitura individual

¹ “A defesa que Vico fez do senso comum teve seu primeiro passo quando ele pretendeu extrair uma metafísica a partir dos significados que os escritores latinos davam a certos termos (VICO, 1977, p. 56); isso revelava uma convicção de que a raiz e o fundamento da filosofia devem legitimar-se perante uma comunidade humana, de que a linguagem é expressão, de modo que a filologia e a consideração de tal comunidade passem a ser ponto de partida obrigatório da indagação filosófica. Outrossim, a consideração da cultura de uma comunidade parece ser ainda mais importante quando se adentra na área pedagógica, no ensino e no aprendizado. Portanto, uma educação que não prepara os jovens para esse confronto com a comunidade tem sérias deficiências éticas. Com base nisso, o fim último dos estudos deveria conduzir também à prudência civil e não mais apenas à verdade, ou seja, os estudos não deveriam ter somente um compromisso epistemológico, mas também e acima de tudo um compromisso ético.” (SANTOS, 2003, p. 1283-1284).

² É importante ressaltar que o senso comum volta a ser objeto de discussão sob um prisma que não o menospreza durante todo o século XX. Teóricos da fenomenologia e da hermenêutica, como Heidegger e Gadamer, são baluartes desse posicionamento. Sobre isso, são esclarecedoras as palavras de Gadamer (2002, p. 53): “Escutar a tradição e situar-se nela é o caminho para a verdade que se deve encontrar nas ciências do espírito.”

do sujeito, constitui um conjunto de raciocínios próprios para explicar e fazer compreender o conjunto de raciocínios do livro experienciado. A lição do mestre sobre o livro é mais distinta e racionalizada, por isso deve ser sobreposta à interpretação de um aluno e aceita por ele. Neste sentido, o processo inerente de interpretação e compreensão das coisas é deixado de lado para dar lugar à disciplina, técnica, validação e qualificação daquilo que é passível de ser chamado de conhecimento. Sobre esse processo, Rancière (2007, p. 21-22) salienta o que segue:

O segredo do mestre é saber reconhecer a distância entre a matéria ensinada e o sujeito a instruir, a distância, também, entre aprender e compreender. O explicador é aquele que impõe e abole a distância, que a desdobra e a reabsorve no seio de sua palavra.

Segundo Rancière (2007), com o processo de distanciamento das origens de compreensão autônomas, tidas como não eruditas, cria-se uma lacuna na busca de sentido do aprender, pois o movimento inerente a todos os seres humanos de aprender sem mestres (mestres sábios, titulados à função de ensinar) é deixado de lado. Surge, assim, a qualificação do saber a partir do esquema clássico de ensino, com alunos e professores, séries e graduações, no qual cada um cumpre o seu papel na construção do saber, que será medido e ratificado numa escala a partir do desempenho de seus atores. É o aprender em vias do processo metódico: há um método pelo qual se passa o conhecimento e se aprende.

Entretanto, ressaltamos aqui a necessidade de se restaurar o “método não metódico” de apreender. Uma criança aprende a falar sem mestre explicador. Antes mesmo de saber o que é um mestre, ela aprende a língua por sua própria inteligência e é assim que começa sua instrução propriamente dita: partindo de si mesma. Porém, com o passar do tempo, esta mesma criança é encaminhada a uma instituição educacional, e o recurso de usar sua própria inteligência para compreender é deixado em segundo plano para dar frente à assimilação dos raciocínios interpretativos de um professor. A partir deste momento, já não pode questionar ou compreender sem as explicações fornecidas, em ordem progressiva, por um doutrinador.

Este engessamento do processo educacional gera o que Jacques Rancière chama de *embrutecimento*. A crítica à “tutoria que escraviza”, moldada pela pedagogia engessada dos “mestres sábios” frente aos “alunos ignorantes”, é realizada para que se constate que o próprio aprender deixou de lado sua força original. Quando se cria a incapacidade compreensiva de um sujeito, alegando que esta não foi criada, mas sim comprovada, nasce uma forma coercitiva de restringir a emancipação intelectual de uma pessoa. Segundo Rancière (2007, p. 23-24),

Explicar uma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só. Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola do mundo dividido em espíritos sábios e ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos.

Constatada a lógica pedagógica presente na divisão entre sábios e ignorantes, é possível enxergar o poder dado ao mestre, detentor do ensino legitimado

socialmente, pois é ele quem cobre e descobre com o véu da ignorância aquilo que deve ser sabido ou não. Esta visão pedagógica engessada divide o mundo em duas esferas antagônicas. A primeira, pertencente ao “senso comum”, classificada como uma “inteligência inferior”, que registra e interpreta o dia a dia, os hábitos e as necessidades dos homens do povo e das crianças “não instruídas”. A segunda, tida como “inteligência superior”, conhece as coisas por suas razões e causas. Entretanto, é importante salientar que a “inteligência superior” se cristaliza e ganha sua força por meio da transmissão de conhecimentos passados pelo mestre aos alunos. É neste momento que começa o princípio do embrutecimento.

O embrutecimento se dá da seguinte forma: o mestre sábio, esclarecido e na boa-fé de instruir, tem a autoridade na docência do tema a ser sabido e com isso *vicia* o aluno em explicações. Sempre haverá esta necessidade de compreensão pelo mestre, e este sempre estará preocupado se está sendo entendido ou não, sempre procurando fornecer explicações melhores. Compreender, no sentido exclusivo relacionado às explicações do mestre, é o mal causador do erro metodológico explicativo. Aquele que compreende por meio de explicações investe sua inteligência em um trabalho da amargura: compreender significa, para ele, compreender que nada compreenderá, a menos que lhe expliquem.

É essa pequena palavra, exatamente esta palavra de ordem dos esclarecidos - compreender - a causadora de todo o mal. É ela que interrompe o movimento da razão, destrói sua confiança em si, expulsa de sua via própria, ao quebrar em dois o mundo da inteligência, ao instaurar a ruptura do animal que tateia e o pequeno cavalheiro instruído, entre o Senso Comum e a Ciência. (RANCIÈRE, 2007, p. 25).

A esta altura, alguém pode questionar: mas como podemos ter conhecimento de algo por meio de um processo *não explicativo*? É esta questão que marca o início daquilo que Rancière classifica enquanto emancipação intelectual.

Compreender algo por uma via não explicativa não significa aprender sozinho. Um mestre emancipador não tem como objetivo ensinar a partir de suas objeções. O embrutecimento se dá quando uma inteligência é *subordinada* à outra inteligência. A emancipação gera uma inteligência que só obedece a ela mesma, criando, assim, um método próprio e particular de compreender. Este método próprio e particular, conseqüentemente, pertence ao mestre emancipador: ser vigilante e paciente e, se solicitado, que suscite questões, que nem ele mesmo por vezes saiba a resposta. A ruptura com a lógica pedagógica de tutoria e que opta por métodos explicativos é o que dá confiança à capacidade intelectual de cada ser humano. “Por detrás da relação pedagógica estabelecida entre a ignorância e a ciência, seria preciso reconhecer a relação filosófica, muito mais fundamental, entre o embrutecimento e emancipação.” (RANCIÈRE, 2007, p. 32-33).

Este método de emancipação proposto está longe de ser uma novidade, sendo ratificado em diversas situações. É, em sentido específico, o senso comum que surge quando aprendemos coisas por nós mesmos, sem mestres explicadores. Rancière denomina (2007, p. 35-36) esta proposta de *ensino universal*:

O ensino universal existe, de fato, desde o começo do mundo, ao lado de todos os métodos explicadores. Este ensino, por si só, formou, de

fato, todos os grandes homens. Mas eis o que é estranho: Todo homem faz esta experiência mil vezes em sua vida e, no entanto, jamais ocorreu a alguém dizer ao outro: Aprendi muitas coisas sem explicações e creio que, como eu, também o podeis.

O ensino universal, assim como o senso comum, não se preocupa com o que se vai aprender, desde que seja algo proveitoso para si e para os demais ao seu redor. Tendo em vista a emancipação, o indivíduo poderá aprender o que desejar. Ele saberá que pode aprender qualquer coisa, porque é sempre a mesma inteligência que está em ação em todas as produções: a inteligência humana.

Concebido o conceito de emancipação intelectual, resta a dúvida: o que impossibilita e como é possível que esta proposta de instrução seja colocada em prática?

A educação formal é estipulada por homens que se legitimaram socialmente, em um círculo de poder que proíbe cada qual de fazer o que quer, somente reconhecendo os sujeitos pela função que lhes foi socialmente determinada. Foi definido o papel de cada indivíduo, ou seja, cada um está adequado à medida de sua capacidade. O objetivo dos formuladores da educação embrutecida é o progresso intelectual, movimento que irá definir o processo de formação do ensino formal. Mas o sistema que realiza o progresso embrutece, na aplicação metodológica, as rédeas usadas para definir aquilo que deve ser qualificado. Por isso, não há espaço para emancipação, conforme Rancière (2007, p. 42-43) explicita abaixo:

Eis a virtude dos explicadores: o ser que inferiorizaram, eles o amarram pelo mais sólido dos laços ao país do embrutecimento: a consciência de sua superioridade. Essa consciência, de resto, não mata os bons sentimentos. O pequeno cavalheiro instruído se comoverá, talvez, com a ignorância do povo e pretenderá trabalhar para sua instrução. Saberá que a coisa é difícil, diante de cérebros que a rotina endureceu, ou que a falta de método perdeu. Mas, se ele é devotado, ele saberá que há um tipo de explicações adaptado para cada categoria, na hierarquia das inteligências: ele buscará se colocar a seu nível.

Sendo assim, a emancipação advinda do ensino universal tem como objetivo garantir que é possível aprender qualquer coisa e a isso relacionar todo o resto, seguindo o princípio de que todos os homens têm igual inteligência, a partir do senso comum no qual estão imersos. Somente havendo a qualificação desta forma de saber é que será possível romper com as correntes que mantêm o ensino embrutecido e a emancipação intelectual em cárcere.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O senso comum é definido a partir da visão externa do que ele é. Tal a comparação realizada por Rubem Alves (2006), para quem a qualificação “de cor” para negros em sua pátria de origem não faz sentido, a classificação de “senso comum” em comunidade própria também é carente de sentido: ele é simplesmente conhecimento, sabedoria, história. O que de fato o difere das outras formas de saber são, exatamente, as outras formas de saber. É então que surge a categorização dos conhecimentos e a hierarquização dos saberes.

Devido à categorização e à hierarquização dos saberes, cria-se uma resistência contrária ao senso comum, que acaba por se resguardar em si mesmo, uma vez que suas noções são transmitidas de forma simples e sem notoriedade para a academia. Apesar disso, não é possível conter a força do conhecimento popular. É este ponto, o saber popular, que tem sido rebatido durante muito tempo pelas instituições de ensino que prezam pelo rigor científico e pela validação metodológica do saber. Porém, a atitude de negar o saber popular por vezes faz com que os indivíduos percam seu próprio caráter questionador e fiquem fixados em obter conhecimento a partir de um doutrinador, independentemente do contexto próprio dos alunos.

A condução do saber orientada exclusivamente por via de um doutrinador embrutece a inteligência e amarra o sujeito a um mestre, criando assim uma cadeia de produção de saberes válidos, todavia não emancipados, qualificados, porém não autônomos, na contramão de toda filosofia que preze por indagação e ponderação por parte dos indivíduos. O senso comum, entendido em paralelo com a “educação universal” proposta por Rancière, é capaz de romper com a pedagogia clássica, de mestres e discípulos, no sentido de que o movimento que se faz ao possuí-lo é inerente aos sujeitos. Ninguém adquire um senso comum, ele simplesmente é compreendido por si só. O senso comum, sendo um conhecimento espontâneo e amplo, tem sua validade enaltecida a partir do momento em que o indivíduo que se utiliza dele o faz para guinar-se em vias de emancipação intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- CHALMERS, A. F. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2003.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método - II - complemento e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições de emancipação intelectual*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTOS, V. C. Vico e a ordem de estudos de seu tempo: a ligação entre conhecimento e ética. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1277-1294, dez. 2003.